

Requerimento

Apresentado por: Manuela Vilares (BE)

Assunto: Ajustes Diretos à sociedade de advogados Sousa Pinheiro & Montenegro

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Espinho

O Bloco de Esquerda sabe que a Câmara Municipal de Espinho gastou mais de 70.000€ em dois ajustes diretos à sociedade de advogados de Luís Montenegro, líder parlamentar do PSD e ex-presidente da Assembleia Municipal de Espinho.

Em 2014, a Câmara Municipal de Espinho procedeu a um ajuste direto no valor de 39.360€ à Sociedade de Advogados Sousa Pinheiro & Montenegro para aquisição de “serviços jurídicos para contencioso”.

Em 2015, a autarquia repete o processo e volta a adjudicar um contrato para prestação de “serviços jurídicos para contencioso” à mesma sociedade de advogados, do mesmo Luís Montenegro, agora por 10 meses e pelo valor de 32.500€.

Esta sociedade de advogados foi constituída no final de 2012 sendo, por isso, uma sociedade sem nenhuma especialização ou especial experiência no mercado, tornando ainda mais estranhos estes ajustes diretos.

A Câmara tem que explicar por que razão decidiu contratar serviços jurídicos externos e por que razão optou por uma sociedade de advogados que, por acaso, tem Luís Montenegro como sócio.

O Bloco de Esquerda, nos termos legais e regimentais aplicáveis, vem por este meio requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Espinho que diligencie junto da Câmara Municipal para que responda às seguintes questões:

- 1) Quais os critérios para adjudicar serviços jurídicos a esta sociedade de advogados?
- 2) O que se entende por “serviços jurídicos para contencioso”? Não foram especificados serviços ou área especializada?
- 3) A Câmara Municipal de Espinho não tem trabalhadores que possam prestar este serviço jurídico?
- 4) A Câmara Municipal de Espinho não tem Gabinete de Apoio Jurídico?
- 5) Quantos juristas trabalham na Câmara Municipal, nas várias divisões, departamentos e gabinetes?

Espinho, 1 de Abril de 2015

A eleita municipal,



(Manuela Vilares)